

FAMÍLIAS E AS SUAS DINÂMICAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DESENHOS INFANTIS

FAMILIES AND THEIR GENDER DYNAMICS: AN ANALYSIS FROM CHILD'S DRAWINGS

Ana Paula Pereira Gomes Gibim **1**
Daniele Duarte Pimenta **2**
Daniela Finco **3**

Resumo: Este artigo traz reflexões acerca das famílias contemporâneas considerando as diferentes dinâmicas familiares a partir da ótica de meninas e meninos. Apresenta dados de pesquisas realizadas por professoras-pesquisadoras em escolas de Educação Infantil da rede de São Paulo. Busca a perspectiva das crianças, a partir dos desenhos e da oralidade, considerando as experiências narradas e interpretadas pelos meninos e meninas, percebendo-os como protagonistas que têm muito a nos revelar e falar. A partir da Sociologia da Infância destaca o pressuposto de que a criança é crítica do seu tempo, participante ativa da realidade social, investigadora, elaboradora de hipóteses e participa das transformações do mundo que a cerca. Trata de reflexões que consideram as novas demandas sociais, econômicas e culturais que têm transformado a sociedade, nas quais as crianças participam ativamente.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. Infância. Famílias. Pesquisa com crianças. Desenhos.

Abstract: This article brings reflections about contemporary families considering the different family dynamics from the perspective of girls and boys. It presents research data carried out by teacher-researchers in early childhood schools in the city of São Paulo. It chooses to seek the children's perspective, based on drawings and orality, considering the experiences narrated and interpreted by the boys and girls, perceiving them as protagonists who have a lot to reveal and speak to us. From the Sociology of Childhood, stands out the assumption that the child is critical of his time, an active participant in social reality, researcher, hypothesis maker and participates in the transformations of the world around him. It deals with reflections that consider the new social, economic and cultural demands that have transformed society, in which children participate actively.

Keywords: Gender Studies. Childhood. Families. Research With Children. Drawings.

Doutoranda em Educação na UNIFESP Guarulhos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5827584858638652>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>.
E-mail: anapaulapggibim@gmail.com **1**

Professora da Rede Municipal de São Paulo, integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade (UNIFESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6030894891907233>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1854-831X>. E-mail: daniduartepimenta@gmail.com **2**

Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Guarulhos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5868721280642490>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>. E-mail: dfinco@unifesp.br **3**

Introdução

Este artigo tem como base os resultados de duas pesquisas de mestrado realizadas recentemente acerca das famílias contemporâneas, a partir da ótica das crianças, evidenciando as transformações e permanências que marcam tal instituição social e a vida das crianças pequenas. Trata-se de uma discussão sobre as temáticas gênero, infância e família, cujo principal desafio foi escutar as crianças, através dos seus desenhos e oralidades, percebendo-as como protagonistas que têm muito a nos revelar e falar.

As pesquisas trazem o constante desafio de construção de procedimentos de pesquisa com crianças, para o estudo das culturas produzidas por elas, considerando as características e especificidades da diversidade cultural brasileira. Com a fundamentação da Sociologia da Infância, que tem como pressuposto a infância como uma construção social, nos baseamos na concepção de criança como ser inteligível, capaz de atuar sobre a cultura, com base em suas formas específicas de agir, interpretar e ser no mundo. A realidade social da criança é, então, construída a partir dos valores, condutas e expectativas vindas da cultura adulta e de suas resignificações protagonizadas pelas próprias crianças. Refuta-se, então, a concepção de criança enquanto ser passivo, ahistórico e universal. As crianças, marcadas pelas estruturas e relações sociais que vivenciam, são co-construtoras da infância e da sociedade.

Nesse contexto, o desenho infantil é trazido como uma das linguagens da criança pequena, o qual, em sua processualidade, revela, com linhas, formas, traços e cores, múltiplos pensamentos e ideias, frutos do conhecimento adquirido e da imaginação criadora. Os desenhos apresentam marcantes e inventivas maneiras de expor os assuntos que documentam o cotidiano, guardam memórias de infância e seus conhecimentos sobre diversos contextos sociais e culturais. Encontram-se, neles, complexos processos de elaboração do presente e do passado, também de inventar, apresentar e projetar mundos (GOBBI, 2004).

Este artigo destaca o desafio da construção de caminhos metodológicos utilizados na pesquisa com crianças, pensando a infância como um tempo próprio, inserido nos tempos sociais e institucionais, como creches e pré-escolas, que tornam possíveis e potencializam os encontros sociais (FERREIRA, 2004). Desse modo, a instituição de Educação Infantil é um dos locais privilegiados para olhar para os desenhos das crianças como “espaço permeável” de encontros e interações sociais.

As pesquisas foram realizadas no contexto Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP Guarulhos), que concentra seus estudos nos processos de educação da pequena infância, em ambientes coletivos das creches e pré-escolas, com a intenção de refletir sobre propostas pedagógicas com centralidade nas crianças, para a construção de uma pedagogia das diferenças de gênero, que rompam com os estereótipos normatizantes, os preconceitos e as diferentes formas de opressão, desde as primeiras relações na infância.

Assim, as pesquisas foram desenvolvidas por professoras-pesquisadoras com meninas e meninos de escolas públicas municipais de Educação Infantil do município de São Paulo, crianças de 4 a 5 anos de idade do último estágio da Educação Infantil. Ao longo de um ano as professoras-pesquisadoras coletaram os desenhos e as falas de meninos e meninas inseridas no contexto de produção da pesquisa, ou seja, em tempos e espaços determinados, como os momentos das rodas de conversas e dos “cantinhos dos desenhos” presentes nas jornadas educativas dessas turmas de crianças, considerados como espaços de brincadeiras e interações, que podem nos revelar a representação de suas experiências e seus pensamentos. Tendo por princípio norteador um posicionamento ético visando a participação da criança, as pesquisas seguiram os procedimentos necessários para a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, bem como o processo de obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes, adultos responsáveis e crianças.

A partir do referencial da Sociologia da Infância trazemos algumas reflexões destas pesquisas, destacamos o pressuposto de que a criança é crítica do seu tempo, participante ativa da realidade social, investigadora, elaboradora de hipóteses e participa das transformações do mundo que a cerca.

A primeira pesquisa, de Ana Paula Gomes Pereira Gibim (2017), discute as representa-

ções de família das crianças e de suas mães e avós, utilizando o desenho infantil atrelado a oralidade e entrevistas semiestruturadas com as adultas. Traz como foco da discussão a atuação das mulheres na sociedade, apresenta as representações e referências que as crianças constroem sobre os diferentes arranjos familiares, sobre a divisão sexual do trabalho, e suas representações ligadas aos papéis parentais, refletindo sobre as características do sistema patriarcal da sociedade brasileira. Os diálogos e questionamentos nos revelam que as crianças pequenas não estão alheias às relações desiguais de gênero. A partir do diálogo e parceria entre família e instituição de Educação Infantil, a pesquisa aponta para algumas transformações e outras permanências, principalmente com relação ao papel da mulher na sociedade. A pesquisa revela que compreender as dinâmicas familiares como próprias e distintas, é um dos grandes desafios das instituições de Educação Infantil. Uma educação compartilhada deve estar atenta às transformações oriundas da sociedade e a forma como modificam as relações intrafamiliares.

A segunda pesquisa, de Daniele Duarte Pimenta (2016), parte dos desenhos e das falas das crianças para estudar as representações de gênero presentes em suas produções. Os desenhos das crianças são trazidos como representações sociais, frutos das experiências sociais e culturais, permitindo-nos compreender um pouco mais sobre suas culturas e infâncias. Os resultados da pesquisa mostram que meninas e meninos são capazes de falar sobre as relações de gênero e tantos outros assuntos que estão presentes no cotidiano do qual participam. A pesquisa nos revela os significados que as crianças representam a respeito das masculinidades e feminilidades, e quais os lugares e situações que lhes são reservados nas relações de gênero que vivenciam no dia-a-dia, identificando marcas de permanência dos estereótipos, assim como as rupturas com as desigualdades. Na multiplicidade dos traços, assuntos e mensagens compartilhadas nos desenhos das crianças, a pesquisa revela como as relações de gênero são representadas nos símbolos e nas histórias narradas pelas crianças: as formas de organização da casa e da distribuição das tarefas domésticas, as escolhas das cores, as marcas do masculino e do feminino, os brinquedos e as brincadeiras, foram algumas das mensagens das crianças que as lentes de gênero conseguiram captar.

Como categoria analítica, e como conceito chave e de base das pesquisas, gênero é essencial para a compreensão da lógica de organização social das diferenças expressas em instituições, estruturas, práticas cotidianas e em toda constituição das relações sociais e, por isso, nos coloca questões fundantes para pensar as relações na infância. Os estudos de gênero, que nos colocam a questão das normatizações das relações de gênero como elementos que alicerçam as relações sociais humanas (SCOTT, 1995), apontam importantes reflexões para pensar as relações entre as crianças pequenas e entre as crianças e os adultos. A potencialidade do cruzamento dos Estudos de Gênero e da Sociologia da Infância nos colocam importantes questões de como as crianças se adaptam e reproduzem, mas também resistem e reinventam os padrões culturais de gênero da sociedade na qual estão inseridas, produzindo cultura.

Realizar uma discussão de gênero e infância exige uma desconstrução conceitual e epistemológica, pois diz respeito a categorias sociais tradicionalmente invisibilizadas, decorrentes de uma sociedade sexista e patriarcal. A situação da marginalização de meninos e meninas na sociologia é semelhante à situação no início do feminismo acadêmico (ALANEN, 1992; 2001). No entanto, quando meninos e meninas, assim como mulheres, são aceitos como pessoas totalmente sociais e participantes da história, as posições que ambos ocupam na vida social devem ser repensadas. A estreita aliança entre mulheres e crianças têm diferentes posições culturais e históricas, e sua análise pode contribuir para estudos sobre a infância (HENDRICK, 1997), assim as questões de gênero são significativas para os estudos na Educação Infantil:

(...) o apoio ao cumprimento das atribuições parentais de cuidado das crianças tornou-se uma questão pública quando a mulher – mãe e dona-de-casa – teve garantido pela Constituição um número de vagas para creches e pré-escolas a ser oferecido pelo Estado. A expansão da Educação Infantil como a primeira fase da Educação Básica significou ao mesmo tempo a ampliação da cidadania e tornou-se um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos: a criança pequena (VIANNA, 2019, p. 7).

Desse modo, este artigo traz também o desafio de construir um olhar feminista para os direitos das crianças, trazendo, sobretudo, a creche e a pré-escola como locus histórico de luta feminista no Brasil, visando outras práticas pedagógicas, conscientizando professoras/professores, envolvendo as famílias, buscando transformar a realidade educativa das crianças pequenas, bem como fomentar pesquisas e novas teorias em busca de práxis emancipatória e descolonizadora. (FINCO, SILVA e FARIA, 2018).

Pesquisas com crianças: embasamento teórico-metodológico

Fazer pesquisa com crianças pequenas traz o desafio de percebê-las como protagonistas de todo processo, como detentoras de direito a escuta e voz, portanto, como protagonistas das pesquisas que pretendem delas falar. As contribuições da Sociologia da Infância nos ajudam a desconstruir a visão centrada na imaturidade biológica, propondo uma visão de criança enquanto sujeito produtor de cultura e protagonista de suas experiências, como atores sociais e sujeitos de direitos, construtoras da história e cultura (FARIA e FINCO, 2011). As crianças, sujeitos criativos, estão imersas em um mundo em constante transformação decorrente de demandas econômicas, culturais, sociais e políticas das quais elas participam e que influenciam suas vidas.

É fundamental perceber como as crianças foram marginalizadas em função de concepções teóricas da infância e da socialização baseadas na sua imaturidade biológica. A infância ainda é compreendida dentro de parâmetros de um estatuto minoritário, como um período no qual os indivíduos requerem proteção porque sabem menos, têm menos maturidade e menos força em comparação aos adultos; proteção implica provisão, que implica, por sua vez, relações de poder desiguais (TOMÁS e SOARES, 2004; SOARES e TOMÁS, 2009).

Segundo as pesquisadoras Catarina Tomás e Natália Soares (2004), há uma tradução real dessas concepções nas atitudes, nos discursos e práticas sociais, e no desmerecimento do que as crianças dizem ou fazem. Elas apontam para a necessidade de questionar a posição de subalternidade das crianças em relação ao grupo dominante, do adulto, e a necessidade de considerar a sua participação nos processos de pesquisas. Assim, é necessário repensar formas de promover mecanismos teóricos e práticos, junto com as crianças e seus principais interlocutores, que permitam desvelar os intrincados trilhos da sua ação, participação e protagonismo.

Ao compreender as crianças como agentes da construção social e cultural, podemos afirmar que meninos e meninas são atores sociais e sua própria existência modifica o entorno e obriga a adotar medidas em relação a eles. Assim como as/os adultos/as, meninas e meninos participam dos processos de mudanças que caracterizam a sociedade contemporânea, quando olhamos, por exemplo, para os arranjos familiares contemporâneos.

Jens Qvortrup (2011) aponta que o desenvolvimento econômico, político e social durante o século XX mudou a estrutura populacional: a composição da família; a economia da infância na interface com família e sociedade; a justiça distributiva em termos de equidade geral; e mesmo, os direitos das crianças, os quais finalmente foram vistos no seu processo de cidadania. Desse modo, é preciso olhar para infância a partir de uma visão mais ampla, a partir de uma visão macro política e social.

Estudos sobre família

A partir de uma análise demográfica, Elza Berquó (1998) afirma que as oportunidades e as fatalidades que perpassam os contextos familiares é que geram a sua transformação. Fecundidade, mortalidade, separação e recasamento são algumas das situações que refletiram na transformação das famílias. Assim, a família, na contemporaneidade, é caracterizada cada vez mais por laços simbólicos e afetivos do que por laços de consanguinidade (SARTI, 2007).

O aumento da expectativa de vida decorrente dos avanços na medicina, farmacologia, dos direitos civis e trabalhistas, por exemplo, também possibilitou a constituição familiar multigeracional com a presença de avós e bisavós. As transformações legais, além de oportunizar a reconfiguração familiar por meio da separação e do recasamento, também possibilitou a união homoafetiva, bem como a guarda compartilhada dos/as filhos/as e a monoparentalidade. Es-

tes são alguns exemplos que refletem a forma dinâmica com a qual as famílias se transformam em decorrência de demandas políticas, econômicas e sociais. Contudo, é consenso entre estudiosos da família e da sociedade, que o principal propulsor que dinamizou as relações familiares foi o empoderamento das mulheres (CASTELLS, 1999; THERBORN, 2006).

De acordo com Göran Therborn (2006), a mudança nas relações familiares também está relacionada com a mudança nos direitos e obrigações ligados à distribuição de poder entre seus membros, que diz respeito às mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais mais amplas. Sexo e poder são basilares na família patriarcal e, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, há o aumento do seu poder de barganha na família, ao mesmo tempo em que com os avanços da medicina e farmacologia, há o aumento de poder sobre seus próprios corpos, gerando a confrontação e diluição dos papéis outrora preestabelecidos, tensionando os valores patriarcais. Manuel Castells (1999) afirma que há uma renegociação do contrato familiar heterossexual decorrente da perda do poder econômico hegemônico do homem. A família, enquanto forma legitimada do patriarcado, acaba sofrendo por estes abalos – internos e externos – desierarquizando às relações e corroborando para o declínio de modelos familiares patriarcais.

A família, enquanto instituição social de pertencimento inicial da criança, tem sofrido transformações profundas, como visto anteriormente. Isso reflete nos sujeitos e nas práticas de cuidado e educação que não mais podem ser pensadas em uma forma única e idealizada, mas nas suas diversas possibilidades a partir do emaranhado de relações que constroem e reconstroem as práticas cotidianas. As famílias são importantes interlocutoras do processo de construção de um projeto à educação da primeira infância, colocando em evidência a importância de uma troca contínua e recíproca entre os diferentes contextos em que as crianças crescem (FORTUNATI, 2009).

Podemos nos questionar, desse modo, como as crianças estão participando das transformações de seus contextos sociais? O que elas podem nos dizer sobre as permanências e mudanças? De que forma estão enxergando as relações no contexto de suas famílias?

Afinal, o que os desenhos das crianças nos revelam?

A realização de pesquisas *com* crianças nos aponta para o desafio de construir procedimentos metodológicos de modo que sejam garantidos tempos e espaços para acolher o que as crianças nos contam por meio das linguagens que lhes são próprias, verbais e não verbais. O desenho infantil atrelado às falas das crianças revelou-se como uma das linguagens pelas quais meninos e meninas interagem, se comunicam e expressam suas ideias sobre o mundo. Neste contexto, o desenho infantil é tomado como instrumento de pesquisa que torna possível a escuta das infâncias, documento histórico (GOBBI, 1997), pois nele temos registro social e leituras de mundos feitas pelas crianças.

Escutar o que as crianças têm a dizer enquanto desenhavam é fundamental para a compreensão de suas representações. Compreender os desenhos das crianças como representações é outro desafio das pesquisas que buscam a marca do protagonismo infantil em seus processos investigativos e, mais uma vez, revela a necessidade dos desenhos estarem atrelados à oralidade durante o processo criativo (PIMENTA, 2016).

Pensar a família contemporânea a partir da ótica das crianças, envolve uma mudança de olhar e o deslocar do foco das representações hegemônicas para colocar-se disponível a novas aprendizagens a partir daquilo que as crianças trazem, ouvindo e lendo àquilo que elas têm a nos comunicar por meio dos detalhes em seus desenhos e de suas falas.

Quando desenhavam suas famílias, as crianças apresentam-nas para além dos laços de consanguinidade, evidenciando um vínculo simbólico com outras pessoas que não aquelas de sua unidade doméstica. A presença de membros que não coabitam com as crianças se dá pela complexificação das relações familiares que, diante das condições sociais, exigem a negociação das responsabilidades criando um elo moral e/ou afetivo entre seus membros (OLIVEIRA, 1999; SARTI, 2004; LOSACCO, 2007).

Desenho 1: Família de Geovanna “*Eu, minha mãe, meu pai, minha vó e o meu vô.*”



Fonte: GIBIM (2017)

Desenho 2: Família de Emanuelle “*Minha tia, meu tio, minha prima, meu primo, é, minha madrinha, minha mãe. Não, eu, minha meu pai, minha madrinha e meu padrinho.*”



Fonte: GIBIM (2017)

Nas narrativas sobre sua família, Geovanna (desenho 1) traz a presença de sua avó por meio de práticas de cuidado e educação compartilhados com a sua mãe nos momentos em que esta sai para o trabalho remunerado. Ambas possuem uma relação de trocas e reciprocidade de tal forma que, por vezes, é preciso que a mãe “brigue” para que a Geovanna volte para casa em que coabita com sua mãe.

Já a Emanuelle (desenho 2) incluiu, no desenho que representa sua família, sua tia, seu tio e primos, que agregam-se à família por meio do casamento e recasamento, e também a madrinha e o padrinho que não possuem nenhum vínculo de sangue, de forma direta ou indireta, mas se unem à família por meio de relações de afeto e de um compromisso moral que estas pessoas assumem diante da educação da Emanuelle.

No Brasil o apadrinhamento tem suas origens tanto no catolicismo quanto na escravidão. Trata-se de um rito de recepção da criança ao mundo social caracterizado pela presença da família, amigos e vizinhos no batismo da criança. Apadrinhar é uma forma de estender as obrigações de mãe e pai para outras pessoas que, na ausência de um ou outro, assumem a fun-

ção materna ou paterna no aconselhamento e educação da criança (LUCENA, 1998; FONSECA e BRITES, 2003). O desenho de Emanuelle (desenho 2) revela como seu padrinho e madrinha agregam-se à família por meio de laços simbólicos, morais e afetivos que envolvem diretamente o cuidado e educação da criança.

A proximidade da casa de Geovanna a de sua avó, bem como a de Isabella (desenho 3) a de sua avó, viabiliza trocas e o convívio cotidiano entre as crianças e suas avós. Os desenhos revelam que as famílias contemporâneas, caracterizadas pela rede de parentescos, possuem características temporais e espaciais – temporais porque incluem outras gerações de pessoas, como avós e bisavós no arranjo familiar, e espaciais porque transcendem a unidade doméstica, envolvendo outras casas no plano geográfico (FONSECA, 2004; 2005).

Desenho 3: Família de Isabella *“Aqui eu tô fazendo eu na casa da minha vó, meu tio tá na casa da minha vó.”*



Fonte: GIBIM (2017)

Desenho 4: Família de Clara *“A casa do meu pai e da minha mãe, é assim olha: fica bem perto, só passar por aqui”*



Fonte: PIMENTA (2016)

Isabella (desenho 3) trouxe, como referência à sua família, não só a casa da avó que fica em cima da casa dela, mas também a casa de sua outra avó e de sua madrinha. As casas desenhadas por Isabella fazem alusão às mulheres as quais ela possui como referência e que considera a sua família. A circulação de crianças é um fenômeno que evidencia o compartilhamento das práticas de cuidado e educação das crianças em uma rede de parentesco, trata-se de uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos (FONSECA, 2005). Diante das normas sociais em torno do ser mãe e mulher e de todas as aspirações envolvidas em ambas atribuições sociais, é preciso que as mulheres compartilhem entre si as obrigações relacionadas às crianças da família de modo que o peso social imposto a elas seja, de alguma forma, abrandado (GIBIM, 2017).

Clara (desenho 4) também traz duas casas que representam seu pertencimento ligado à família, neste caso, envolvendo uma situação de separação e monoparentalidade na unidade doméstica. A menina mora com a mãe, mas a proximidade da casa do pai possibilita com que ela conviva diariamente com ele e usufrua de práticas de cuidado e educação provenientes de ambos. Este fato desloca as atribuições de maternagem como responsabilidade somente da mulher e amplia para um compartilhamento que, nas relações contemporâneas, é possível de se observar por meio da renegociação do contrato familiar diante das transformações na sociedade e na família (CASTELLS, 1999).

Nessa (re)negociação exige-se do homem compartilhar o trabalho doméstico, a parceria econômica e sexual e, acima de tudo, a responsabilidade pelos filhos/as. Com a crise da família patriarcal, há o surgimento de novos arranjos familiares, diminuição do número de pais e mães casados, aumento das famílias chefiadas por mulheres - casadas ou mães solteiras - e aumento do número de famílias monoparentais.

Desenho 5: Família de Gabriel *“Eu ajudei a limpar a casa, e o meu irmão estendeu a roupa. Depois, a gente comeu pizza com a minha mãe”.*



Fonte: PIMENTA (2016)

No Brasil é crescente o número de famílias monoparentais provenientes de situações de separação. Dados censitários revelam que nos últimos 40 anos as famílias monoparentais praticamente dobraram, de 7,8% para 14%. Destas famílias monoparentais com filhos/as, o percentual de famílias chefiadas por mulheres, para o ano de 2015, foi de 16,3% contra 2,2% chefiadas por homens (GIBIM, 2017). De acordo com o IBGE, do total de famílias monoparen-

tais com filhos/as no Brasil, aproximadamente 90% são chefiadas por mulheres. Os números revelam que, apesar das mulheres terem conquistado o direito sobre suas vidas, a maternagem ainda é entendida como atribuição ligada à mulher, denunciando a tirania da maternidade (BADINTER, 2011).

Além das famílias monoparentais, as crianças também representam em seus desenhos situações de recasamento e a constituição das chamadas famílias reinventadas, como é o caso do desenho de Maria Eduarda (desenho 6) que aponta para esta reorganização familiar incluindo o namorado da mãe como parte de sua convivência.

Desenho 6: Família de Maria Eduarda “A gente tá passeando com o namorado da minha mãe”.



Fonte: PIMENTA (2016)

As mulheres também foram representadas em várias funções relacionadas à família, entre elas: o cuidado dos/as filhos/as e a dedicação aos trabalhos domésticos, esta última como atividade principal já que, com a divisão sexual das tarefas, enquanto o homem sai para trabalhar fora de casa, a mulher cuida dos afazeres domésticos. Olhando ainda para os desenhos das crianças podemos indagar: quando e como os espaços domésticos são ocupados pelo sexo masculino? Alguns desenhos de meninas e meninos revelam-nos possíveis respostas a essa questão.

Nos desenhos feitos pelas meninas Isabelly (desenho 7) e Agatha (desenho 8), não nos passa despercebido o fato de, assim como em outros desenhos da pesquisa, estar a mulher representada junto ao espaço da cozinha. Isso possibilita-nos pensar como os desenhos das crianças revelam mensagens de gênero, marcadas pela divisão sexual do trabalho e das oportunidades de lazer diferenciadas para mulheres e homens.

Desenho 7: Família de Isabelly "Minha casa"



Fonte: PIMENTA (2016)

Desenho 8: Família de Agatha "Minha mãe na cozinha"



Fonte: PIMENTA (2016)

Os objetos e os espaços ocupados dentro da casa também aparecem nos desenhos das crianças pequenas como elementos generificados (PIMENTA, 2016). Os desenhos revelam marcas de gênero presentes nas representações de meninas e meninos, capazes de nos auxiliar a discutir as desigualdades das relações de gênero presentes nas famílias na ótica das crianças.

Desenhos 9 e 10: Família de Lucas “*Eu desenhei a minha casa, a televisão do meu pai, e o armário da minha mãe*”.



Fonte: PIMENTA (2016)

Os desenhos de Lucas (desenhos 9 e 10) representam o interior de sua casa. O menino nos conta: “*Eu desenhei a minha casa, a televisão do meu pai e o armário da minha mãe*”. Assim, temos marcas das relações de gênero que segmentam os espaços do feminino e do masculino: a sala e a TV como espaços da casa destinados ao homem, enquanto o armário e a cozinha como espaços marcados como lugares e ofícios para as mulheres. Vários outros desenhos revelaram que as crianças têm como referência as mulheres como responsáveis pelos seus cuidados diários, como: quem cozinha, quem limpa a casa, quem lava a roupa, quem cuida das crianças. Isso nos permite pensar como os desenhos das crianças evidenciam marcas da separação do trabalho, com base em relações sociais de poder de gênero, de modo que os desenhos e falas das crianças cujas mães possuem trabalho remunerado fora de casa, como o caso da mãe de Lucas, também são representados pela presença feminina nas atividades domésticas, no âmbito privado da casa.

Desenho 11: Família de Pedro “*Meu pai com a carteira dele. Ele traz dinheiro pra minha mãe*”.



Fonte: PIMENTA (2016)

A organização financeira da família também foi representada nos desenhos das crianças. O desenho feito por Pedro (desenho 11), por exemplo, representa o pai como provedor financeiro da família. A hierarquia de gênero presente com relação a forma de consolidação de poder nas relações estabelecidas entre o pai e os outros membros da família retratada no desenho, revela o pai como o detentor do dinheiro (símbolo do poder) representado numa posição central. Os desenhos das crianças podem nos revelar desigualdades de gênero e as marcas estereotipadas do feminino e do masculino no interior das relações familiares. Os desenhos e falas das crianças também revelam como elas percebem e nos contam sobre a reorganização do trabalho doméstico de suas famílias.

Desenho 12 : Família de Kawan “Meu pai cozinha e limpa a casa, até o meu irmão, porque minha mãe tá doente”.



Fonte: PIMENTA (2016)

Kawan expressa em seu desenho (desenho 12), ao representar a divisão do trabalho doméstico em sua família, a presença masculina nas tarefas domésticas, narrando que seu pai cozinha e lava a roupa e que seu irmão também cozinha, com a justificativa de que a mãe está doente. Não encontramos aqui indícios de mudanças no que concerne à divisão das tarefas domésticas porque, considerando a fala de Kawan, a presença masculina nas tarefas de organização dos espaços domésticos está atrelada à incapacidade da mulher em realizá-las devido a problemas de saúde.

Desenho 13: Família de Cristiane *“Meu pai está cozinhando, e a minha mãe, lendo um livro, e eu, brincando na minha casinha”.*



Fonte: PIMENTA (2016)

Desenho 14: Família de Pedro *“Aqui, é meu pai e minha mãe lavando louça junto quando chegam do trabalho”.*



Fonte: PIMENTA (2016)

No entanto, alguns desenhos, como os de Cristiane (desenho 13) e Pedro (desenho 14), podem trazer representações de outras relações de gênero que estão sendo construídas e interpretadas pelas crianças, revelando possibilidades de novas tarefas e ações dentro das famílias. Neles há espaço para a mãe ler um livro em casa enquanto o pai cozinha e, ainda, para ambos cuidarem do trabalho doméstico em parceria após terem tido um dia de trabalho fora de casa.

Considerações Finais

O processo de atribuição de significados dados pelas crianças às normatizações de gênero nos revelam pistas para a compreensão da divisão sexual do trabalho e de como suas famílias podem ser plurais (VIANNA, 2019). Desde a mais tenra idade meninas e meninos são foco da produção das desigualdades, mas também se mostram como sujeitos de resistência na produção de novos sentidos para os discursos sobre gênero, em suas histórias e brincadeiras.

Provocadas pelos desenhos e falas das crianças, podemos perceber pistas importantes do que elas pensam sobre as suas vivências e suas expectativas de gênero. Podemos perceber que as crianças são sensíveis e atentas às formas desiguais de poder, às relações desiguais que vivenciam dentro de suas famílias, ao mesmo tempo em que elas também trazem marcas inventivas e reelaboradas das relações sociais que vivenciam nos sugerindo possibilidades de reflexões e críticas acerca da nossa cultura.

Olhar para aquilo que as crianças nos revelam é uma forma de questionar um processo capilar que envolve a construção dos significados das masculinidades e feminilidades, e as mais variadas maneiras pelas quais constituímos nossos corpos, nossas identidades e nossos desejos, compreender que as relações de gênero nos acompanham desde o nascimento, ou seja, que inicia desde a mais tenra infância:

Esse debate nasce no contexto das ações por direitos sociais, na construção do que denominamos cidadania e, no caso específico do gênero, nas lutas por emancipação das mulheres: direito de ser pessoa e não propriedade, consumo ou objeto; de votar; de estudar, ter trabalho remunerado, salários iguais, iguais oportunidades; de ter direito aos mesmos direitos e ter controle e decisão, de forma livre e responsável, sobre tudo que possa envolver sua sexualidade e reprodução (VIANNA, 2019, p.07).

As divisões e atribuições sexistas destinadas a mulheres e homens, meninas e meninos, os papéis de gênero demarcados e o reforço dos estereótipos de gênero estão presentes na vida das crianças desde muito pequenas. A insistência na dicotomia homem-mulher cada vez mais cedo na vida das pessoas tem um papel profundo na maneira como organizamos nossas vidas.

As crianças podem nos ajudar a compreender de que maneira as desigualdades sociais são construídas, produzidas e justificadas por explicações que ainda resistem aos nossos tempos. Os desenhos das crianças e as vivências que elas nos compartilharam nas pesquisas permitem-nos, por um lado, pensar na reprodução da desigualdade de gênero ainda presentes em nossa sociedade e, por outro, pensar em outras relações de gênero que estão sendo vivenciadas pelas meninas e pelos meninos. Estas relações se estabelecem a partir de diferentes modelos de famílias em detrimento ao modelo da família patriarcal que vem se enfraquecendo, especialmente pela perda da autoridade e dominação exercida pelo homem como cabeça do casal e de toda a família, por meio de dois processos inseparáveis: da transformação do trabalho feminino e a conscientização da mulher.

Além das diferentes mensagens de gênero que as crianças deixaram registradas, precisamos questionar sobre a invisibilidade das famílias homoafetivas nestes desenhos. Qual o significado desta invisibilidade? As crianças ainda não estariam seguras para registrarem em seus desenhos as relações homoafetivas presentes em suas famílias? Vianna e Ramires (2008) nos ajudam a compreender a importância da visibilidade de casais do mesmo sexo no censo e nas políticas públicas sendo estes uma configuração familiar legítima. A naturalização das relações heterossexuais é muito presente em nossa sociedade por meio do silenciamento diante das relações homoafetivas, o que acaba excluindo configurações familiares não heterossexuais. Neste sentido, a representação social construída de família envolve valores cujas bases são

patriarcais, isso porque tais representações estão ancoradas em uma história e cultura que foram institucionalizadas como verdade. É nesta invisibilidade que as famílias homossexuais estão imersas, pela imposição social que naturaliza um tipo familiar marcado pelo modelo heteronormativo.

A possibilidade da diversidade de configurações familiares ainda é fortemente marcada pela heteronormatividade. Tatam-se de mudanças que indicam transformações, porém, tensionadas por insistentes e poderosas permanências. A ausência de visibilidade da diversidade sexual nas discussões sobre família expressa relações de poder que sustentam um modelo ainda patriarcal de família que pode legitimar relações permeadas pela heteronormatividade e pela homofobia.

O tempo que vivemos hoje nos apresenta grandes desafios, como o de revelar os espaços educativos de creches e pré-escolas como lugares de emancipação quanto às diferentes formas de discriminação, com a construção de pedagogias descolonizadoras para a promoção de uma cultura da diversidade gênero (FINCO, FARIA e SILVA, 2018; FINCO, 2018). Assim, precisamos questionar como as pesquisas têm nos ajudado a problematizar, desconstruir e romper as dicotomias de gênero, bem como revelar as contradições que acompanham este processo histórico e cultural de construção de significados.

O desafio de realizar pesquisas com crianças, envolvendo questões de gênero, insere-se nos desafios colocados diante do contexto de luta contra os recentes retrocessos que o Brasil vem enfrentando com relação às temáticas família e gênero. Em prol da “família de bem”, tem se difundido um discurso de ódio e repressão contra a diversidade de configurações familiares em detrimento a um modelo de família patriarcal idealizado. Essa discussão tem sido alimentada por um movimento anti-gênero, com a chamada “ideologia de gênero”, que distorce as teorias de gênero. Diante de tais retrocessos, tem sido usurpado das crianças, principalmente, o direito à diversidade e à identidade. As crianças estão imersas neste contexto de luta e a omissão de direitos afetam principalmente elas. É preciso discutir e refletir acerca das implicações de tais retrocessos na garantia do direito das crianças a construírem suas identidades diante da diversidade.

Catarina Tomás (2017) aponta para a importância de caracterizar a situação social da infância como um indicador fundamental na compreensão do estado de desenvolvimento humano de um país, de uma instituição e/ou de uma organização socioeducativa. Usando as palavras de Eduardo Galeano, ela nos alerta que “entre todos os reféns do sistema, são elas [as crianças] que vivem em pior condição, a sociedade as espreme, vigia, castiga e às vezes mata: quase nunca as escuta, jamais as compreende” (GALEANO, 2007, p. 13).

O sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia e tantas outras formas de preconceitos que acontecem nas vivências das crianças, desde idade muito precoce, devem ser foco de investigações e debates para que possamos, coletivamente, traçar caminhos para a sua superação. O grande desafio atual está na construção de caminhos investigativos que permitam e considerem participação das crianças, criando condições e encorajando todas as crianças a participarem.

Referências

ALANEN, Leena. **Modern childhood?** Exploring the “child question” in sociology. Institute for Educational Research. (Series A: Research reports, 50). University of Jyväskylä, 1992.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/Estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In.: RABELLO DE CASTRO, L. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001. p. 69-92.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: mulher e mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, vol.

4, São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 411-437.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol.2 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FINCO, Daniela; SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Feminismo em estado de alerta na educação de crianças pequenas em creches e pré-escolas. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 2-10, maio 2018.

FARIA, Ana Lúcia G. de e FINCO, Daniela. (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

FERREIRA, Manuela. **"A gente gosta é de brincar com os outros meninos!"**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

FINCO, Daniela. Redes Feministas na Universidade: compromisso político e acadêmico na defesa dos direitos das mulheres e das criança pequenas. São Carlos, 2018. IN.: TELES, Maria Amélia de Almeida, SANTIAGO, Flávio e FARIA, Ana Lúcia G. de. (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** São Carlos: Editora Pedro & João, 2018, pp. 09-14.

FONSECA, Cláudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In. ALTHOFF, Coleta Rinald, ELSÉN, Ingrid, NITSCHKE, Rosane Gonçalves. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Editora Papa-Livros: Florianópolis, 2004.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. v.14, n.2, maio-ago 2005, p.50-59.

FONSECA, Cláudia e BRITES, Jurema. Ritos de recepção: nomes, batismos e certidões como forma de inscrição da criança no mundo social. In: SOUSA, Sônia Margarida Gomes (Org.). **Infância e adolescência: múltiplos olhares**. 1 ed. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

FORTUNATI, Aldo. **A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: A experiência em San Miniato**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBIM, Ana Paula Pereira Gomes. **Famílias, relações intergeracionais e de gênero: práticas compartilhadas de educação e cuidado de crianças pequenas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, 2017.

GOBBI, Márcia Aparecida. **Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

GOBBI, Márcia Aparecida. Lápis vermelho é de mulherzinha: vinte anos depois... In: FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia; FARIA, Ana Lúcia Goulart (Orgs.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica: Associação de leitura do Brasil - ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015, p. 137-162.

GOBBI, Márcia Aparecida. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade**, Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

HENDRICK, Harry. A criança como actor social em fontes históricas. Problemas de identificação e interpretação". In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Orgs.). **Investigação com crianças**. Perspectivas e Práticas, Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005, pp. 29-54.

LOSACCO, Sílvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCENA, Célia Toledo. Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem. **Projeto História**, São Paulo, (17), nov., 1998, p. 397-413.

OLIVEIRA, Paulo de Sales. **Vidas Compartilhadas: cultura e coeducação de gerações na vida cotidiana**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

PIMENTA, Daniele Duarte Pimenta. **O desenho de meninas e meninos na Educação Infantil: discussões sobre as culturas, experiências e relações de gênero na infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, 2016.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Pro-Posições**. 2011, vol.22, n.1, pp.199-211.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004, p. 11-28.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Adriana; FARIA, Ana. Lúcia. G. FINCO, Daniela (Orgs.). **"Isso aí é rachismo!" Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras**. São Carlos: Pedro & João, 2019.

SOARES, Natália Fernandes; TOMÁS, Catarina. O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 1-10, jan. 2009.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMÁS, Catarina. Para além de uma visão dominante sobre as crianças pequenas: gramáticas críticas na educação de infância. **Revista Humanidades e Inovação**, v.4, n. 1, p. 13-19, 2017.

TOMÁS, Catarina e SOARES, Natália Fernandes. Infância, protagonismo e cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania e da infância. **Fórum Sociológico**. N. 11/12, (2a. série), p. 349-362, 2004.

VIANNA, Cláudia P. Apresentação. SILVA, Adriana; FARIA, Ana. Lúcia. G. FINCO, Daniela (Org.). **"Isso aí é rachismo!" Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras**. São Carlos: Pedro & João, 2019, pp.07-12.

VIANNA, Cláudia P. e RAMIRES, Lula. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual de família vinculados por livros didáticos. **Psicologia Política**. vol. 8. no 16. jul/dez. 2008, p. 345-362.

Recebido em 1º de dezembro de 2019.

Aceito em 15 de dezembro de 2020.